Bolsas
Na sexta-feira
1,63% São Paulo
0,08% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
113.028 — 112.315
24/1 25/1 26/1 27/1

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,112
(+ 0,74%)

Últimos	
23/janeiro	5,200
24/janeiro	5,143
25/janeiro	5,079
26/janeiro	5,074

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,556

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

TRIBUTAÇÃO

Aposta no Supremo para recompor ICMS

Comissão de governadores e do Ministério da Fazenda vai discutir com STF forma de recuperar receita perdida com desoneração

» HENRIQUE LESSA

Ricardo Stuckert/ PR



Lula, ladeado por ministros, na reunião com os governadores: busca de saída jurídica para evitar o ônus político do aumento de impostos

O ministro da Secretaria das Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, anunciou, ontem, a criação de uma comissão de governadores, sob a liderança do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para atuar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e discutir a recomposição das perdas sofridas pelos estados com a redução do Imposto de Circulação de Mercadorias ou Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. O anúncio foi feito após reunião dos governadores com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto.

O corte do imposto foi definido pelas leis complementares 192 e 194, como parte do "pacote de bondades" do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na tentativa de reeleição. As medidas reduziram também tributos federais, como o PIS/Confins. A maior parte da conta, porém, sobrou para os estados. De acordo com cálculos das secretarias estaduais de Fazenda, as perdas fiscais representam cerca de R$ 38 bilhões por ano.

Padilha criticou o governo anterior pelo quadro. "A verdadeira operação de boca de urna afetou fortemente a arrecadação, bem como a situação fiscal dos estados e do próprio governo federal", afirmou.

Segundo o ministro, responsável pela articulação política do governo, a comissão deve buscar o diálogo com o Supremo. "O STF, desde o final do ano, vem conduzindo, com suporte de um grupo técnico, o processo de construção de um acordo sobre esse assunto. Ainda será definido quem vai participar da comissão", ressaltou Padilha.

A criação da comissão vai ao encontro do que desejam os gestores estaduais. Como o **Correio** antecipou ontem, os governadores não querem o ônus político de um aumento nos preços da gasolina a partir da volta da tributação do produto.

Segundo o governador do Amazonas, Wilson Lima (União), "os estados, hoje, têm grandes dificuldades para fazer com que esse recurso seja recomposto. A gente não consegue fazer isso com medidas nos nossos estados, a gente precisa da ajuda do governo federal", disse o amazonense.

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) apontou a importância do STF avaliar a constitucionalidade da lei que limitou o ICMS "Nós vamos ouvir, em um primeiro momento, o Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade de determinadas medidas que fragilizaram as condições fiscais dos estados, como também da própria União", ressaltou Barbalho.

Via rápida

Para o governador do Pará, recorrer ao STF é a estratégia mais rápida. "Este é o caminho mais ágil de buscar dar uma solução que permita a recomposição das finanças". Barbalho, porém, admitiu que ainda não há ainda uma fórmula para a recomposição, que deve ser construída em conjunto com os estados e o governo federal.

Jerônimo Rodrigues (PT), governador da Bahia, relatou que, no encontro com o presidente não foi possível fazer o detalhamento do tema do ICMS, mas isso será realizado entre o Ministério da Fazenda e os secretários estaduais. Ele também acredita que, na avaliação política, a saída pelo Supremo é a mais viável. "A gente entende, quem é da política, que fica um cenário difícil para que o Congresso possa rever, como neste momento a pauta está no Supremo, vamos nos dirigir primeiramente lá", disse Rodrigues.

Carlos Brandão (PSB), governador do Maranhão, reforçou que a reunião não possibilitou um aprofundamento do tema, mas saiu confiante do encontro com Lula e destacou que todos os governadores, mesmo da oposição ao atual governo, estão empenhados em trabalhar em conjunto com o governo federal por uma solução para a questão.

Já o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), demonstrou mais receio quanto à recomposição aos níveis anteriores do ICMS, "Eu deixei claro que é um movimento político muito ruim falar agora em aumento de carga tributária. Então, a gente vai ter que achar uma conta onde a população não sinta isso, mas que a gente consiga recompor. Não é uma conta simples", argumentou. "No Rio de Janeiro, o ICMS era de 34%. Eu concordo que é um imposto alto demais. Mas também, como está hoje não poe continuar. A perda só para 2022 foi de R$ 4 bilhões. E a previsão de 2023 é de mais R$ 10 bilhões", salientou Castro.

BNDES financiará estados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse aos governadores que pretende fazer do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um banco de fomento e investimentos para os estados brasileiros.

"Eu pretendo fazer com que o BNDES volte a ser um banco de desenvolvimento, e para ser um banco de desenvolvimento ele tem que ter paciência e competência para, se for necessário, emprestar dinheiro para que os governadores possam concluir obras consideradas inevitáveis para o estado", declarou Lula, na reunião ocorrida ontem no Palácio do Planalto.

O presidente também informou que o banco de fomento deve emprestar dinheiro aos estados que estiverem com as contas em dia, mas aqueles que estiverem endividados devem ser auxiliados pelo governo federal para equilibrar as contas. "Obviamente, se não puder fazer dívida, nós vamos ter que encontrar um jeito para ajudar a pagar a dívida", observou o presidente.

Lula antecipou que, seguindo modelo semelhante ao de seu governo anterior, o banco deve voltar a ser um indutor do desenvolvimento. "É esse o papel do BNDES, foi no meu governo e voltará a ser. O BNDES voltará a ser um banco de desenvolvimento. O dinheiro que o banco captar tem que ser repartido em investimento para pequena e média empresa, para grande empresa, para governadores e para prefeitos, dependendo da qualidade e da importância da obra."

Lula disse também esperar que outros bancos públicos federais emprestem de forma mais fácil aos governos estaduais que estiverem com as contas em ordem. **(HL)**

Haddad: reforma e arcabouço fiscal podem sair em abril

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acredita ser possível aprovar uma reforma tributária e o novo arcabouço fiscal até abril na Câmara dos Deputados. "Faz todo o sentido nós aprovarmos as duas propostas concomitantemente", afirmou, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*. "Porque aí o país vai fixar a receita e despesa do Estado brasileiro num horizonte de zerar o deficit herdado da irresponsabilidade de 2022, que foi perpetrada contra este país para reverter o quadro eleitoral."

Haddad pontuou que essa é a agenda que deve, efetivamente, representar uma melhoria substancial do ambiente econômico no Brasil. "Se nós tivermos a dimensão do que seria aprovar reforma tributária e o arcabouço fiscal agora, em termos de impacto no PIB potencial deste país, nós não podemos contornar essa agenda."

Sobre a reforma tributária, o ministro afirmou que a aprovação será possível até abril se houver uma boa negociação entre a Câmara e o Senado, além do entendimento dos líderes de que a discussão está madura e de que há nós para desatar. "Há um período de transição que pode calibrar temores de alguns setores", frisou.

Carga não sobe

Haddad afirmou que não há perspectiva de mexer com a carga tributária no momento e que os impostos sobre o consumo no país já estão "suficientemente altos". "Se nós queremos nos aproximar das boas práticas internacionais, faz todo o sentido adotar o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e nenhum sentido aumentar a carga a partir do IVA."

Questionado se a reforma tornaria possível tributar menos o consumo e mais a renda, Haddad respondeu que "tudo ao seu tempo". De acordo com o ministro, a primeira etapa é adotar o IVA sem aumentar a carga. Caso o primeiro passo seja bem-sucedido, pode ocorrer uma revisão de alíquotas na segunda etapa.

Sobre o arcabouço fiscal, o ministro afirmou que o objetivo é propor "um substituto para o teto de gastos que faça mais sentido". "Há outras fórmulas que respeitem a evolução pretendida das despesas públicas, das receitas públicas, que conforma o cenário de estabilidade macroeconômica mas que seja factível", argumentou.

Haddad pontuou que o debate não envolve somente posição ideológica e será técnico, considerando inclusive as contribuições de economistas não alinhados ao governo.

Marcello Casal Jr/Agencia Brasil



De acordo com o ministro, primeira etapa das mudanças não terá aumento de carga tributária